

ENUNCIÇÃO, DIALOGISMO, DISCURSO E INTERDISCURSO: DESLOCAMENTOS E APROXIMAÇÕES (Enunciation, Dialogism, Discourse and Inter-discourse: dislocations and approximations)

ABSTRACT

On this paper I intend to re-start the polemics about a possible meeting between Bakhtin and the Discourse Analysis, through a discussion based on key-concepts from the “bakhtinian” theory and from the Discourse Analysis. For that, I chose the concepts of enunciation and dialogism, to one side; and the concepts of discourse and inter-discourse, to the other side. In order to consider the agreements and disagreements, we cannot forget to face the question of the subject and the language conception. However, more than present answers, I intend to establish some analysis about these discourses that do not stop touching each other.

Keywords: Enunciation; Dialogism; Discourse; Inter-discourse.

RESUMO

Nesse artigo, pretendo reacender a polêmica acerca de um possível encontro entre Bakhtin e a Análise de Discurso, a partir de uma discussão baseada em conceitos-chave da teoria bakhtiniana e da Análise de Discurso. Para tanto, elegi, de um lado, os conceitos de enunciação e dialogismo e, de outro, os conceitos de discurso e interdiscurso. Sustentando os encontros e os desencontros, não podemos deixar de enfrentar a questão do sujeito e a concepção de linguagem. Contudo, mais do que apresentar respostas, pretendo estabelecer uma análise desses discursos que não param de se tocar.

Palavras-chave: Enunciação; Dialogismo; Discurso; Interdiscurso.

Falar sobre encontros entre teóricos e teorias que se distanciam no tempo nem sempre se torna confortável, visto que se corre o risco de estabelecer uma leitura enviesada que depõe contra uns e contra outros. De qualquer forma, não falo de impossibilidades, por isso “vou pra rua e colho a tempestade”! A idéia é trazer para o centro desse debate a polêmica acerca de uma possível articulação entre o pensamento de Bakhtin e a proposta teórica da Análise de Discurso (AD). Para tanto, recuperarei aqui parte de uma discussão que iniciei em outro momento (SOUSA, 2000), dando-lhe, entretanto, um viés mais específico. Farei um recorte, que naturalmente escondem outras diferenças, a partir dos conceitos enunciados no título desse artigo: enunciação, dialogismo, discurso, interdiscurso.

É preciso, antes de qualquer comentário (no sentido foucaultiano do termo), lembrar, por um lado, que Bakhtin apresentou parte de suas principais idéias no final da década de 20 e as décadas de trinta e cinquenta do século XX e que

* UFPB.

seus escritos só obtiveram repercussão na Europa e na América nos anos setenta. Evidentemente, não cabe aqui discutir os motivos desse silêncio a que submergiu o nome de Bakhtin. Menciono esse aspecto para citar o que Roman Jakobson afirma no prefácio à edição francesa de *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, em 1977, obra escrita em 1929: “[...] é pela novidade e originalidade que a obra mais surpreende o leitor de espírito aberto”. Essa avaliação pode perfeitamente estender-se a toda a obra de Bakhtin e não apenas aquele livro específico.

Por outro lado, a tendência que se convencionou chamar de Escola Francesa de Análise de Discurso marcou o debate acadêmico da década de setenta e início da década de oitenta, especificamente na França, num outro cenário político e no interior de outras preocupações lingüísticas. Esse artigo é um exemplo da repercussão que essa abordagem obteve aqui no Brasil. Situo o terreno, mas, evidentemente, não tenho a pretensão de controlar os sentidos.

Iniciarei mencionando dois conceitos básicos que são recorrentes no pensamento de Bakhtin: enunciação e dialogia. Para Bakhtin ([1929] 1986, p.98), a enunciação caracteriza a realidade da língua que é, necessariamente, de natureza social: “[...] toda enunciação é uma resposta a alguma coisa e é construída como tal”. A enunciação concretiza-se em unidades reais da cadeia verbal que não se confundem com frases, pelo contrário, a estrutura concreta da enunciação revela a natureza flexível e variável do signo. Nesse sentido, a enunciação reveste-se de um caráter de novidade (o acontecimento) e não apenas se limita a uma conformidade à norma. Concebida como uma réplica do diálogo social, diz Bakhtin ([1929] 1986, p.98): “[...] a enunciação é o produto de dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor.”

Para a compreensão da natureza social da enunciação, é fundamental ter-se em mente a discussão que o autor estabelece acerca da noção de horizonte social ou auditório social. Esse horizonte determina a estrutura da enunciação, a partir do seu próprio interior. Nessa perspectiva, podemos adiantar que as palavras enunciação, interação verbal e discurso, em Bakhtin, muitas vezes se equivalem para circunscrever “a língua em sua integridade concreta e viva”, cuja materialidade depende de sujeitos sociais. É neste sentido que ele afirma: “[...] todo discurso é orientado para uma resposta e ele não pode esquivar-se à influência profunda do discurso da resposta antecipada” (BAKHTIN, [1934-1935] 1993, p. 89), já que o outro da enunciação é, igualmente, caracterizado como constitutivo do dizer.

Em outras palavras, encontra-se representada nessa formulação a noção de alteridade discursiva que é, duas décadas depois, assinalada por Bakhtin ([1952-1953]1997, p. 321), nos seguintes termos:

Enquanto falo, sempre levo em conta o fundo aperceptivo sobre o qual minha fala será recebida pelo destinatário: o grau de informação que ele tem da situação, seus conhecimentos especializados na área de determinada comunicação cultural, suas opiniões e suas convicções, seus preconceitos (**de meu ponto de vista**), suas simpatias e antipatias, etc., pois é isto que condicionará sua compreensão responsiva de meu enunciado (Grifo meu).

Para Bakhtin, levar em conta o interlocutor e seu fundo aperceptivo, construído a partir da imagem que o locutor (veja a expressão *do meu ponto de vista*) faz desse interlocutor, possibilita não apenas a escolha do gênero do discurso mas também a escolha dos recursos lingüísticos a serem utilizados. No entanto, a orientação dialógica atribuída ao discurso não se limita a essa relação entre sujeitos, mas diz-nos também do “encontro com o discurso de outrem no próprio objeto”:

[...] todo discurso concreto (enunciação) encontra aquele objeto para o qual está voltado sempre, por assim dizer, já desacreditado, contestado, avaliado, envolvido por sua névoa escura ou, pelo contrário, iluminado pelos discursos de outrem que já falaram sobre ele. O objeto está amarrado e penetrado por idéias gerais, por pontos de vista, por apreciações de outros e por entonações (BAKHTIN, [1934-1935] 1993, p. 86).

Esse discurso que se instaura sempre na atmosfera do “já dito”, que não tem começo nem fim, já que projeta do seu próprio interior a sua réplica, a sua resposta antecipada, é o fundamento do princípio dialógico de Bakhtin, noção que se acha constantemente retomada e desenvolvida no conjunto de sua obra.

Iniciemos, então, as aproximações e os deslocamentos. No quadro teórico da Análise de Discurso (AD), o termo discurso passou a ser concebido enquanto uma instância da linguagem capaz de articular os fenômenos lingüísticos e os processos ideológicos. Neste sentido, as condições sociais de produção do discurso – contexto social e histórico, interlocutores, imagens sociais desses interlocutores, etc. – são constitutivos do dizer. Semelhante ao que afirma Bakhtin acerca da importância do horizonte social para a determinação da estrutura da enunciação, há, nesta concepção de discurso da AD, uma tentativa explícita de se romper com a dicotomia lingüístico/extralingüístico. Ocorre que o termo discurso está longe de apresentar uma noção consolidada e assentada. Nem sempre há um porto seguro em que possamos nos ancorar. Correndo riscos e não ouvindo os bons conselhos, buscarei, nesse primeiro momento, uma ancoragem – que, na verdade, não é segura – em Foucault, pelo viés que o (re)aproxima de nomes próprios da AD, como Pêcheux.

Em Foucault ([1969]1987), a noção de discurso está articulada a vários outros conceitos: ao invés de uma delimitação dessa noção, tem-se uma ampliação do campo a partir do qual ela passará a ser concebida. Para esse autor, o discurso,

compreendido como prática, é o lugar de emergência dos conceitos e de constituição dos sujeitos:

O discurso [...] ao nível de sua positividade, não é uma consciência que vem alojar seu projeto na forma externa da linguagem; não é uma língua, com um sujeito para falá-la. É uma prática que tem suas formas próprias de encadeamento e de sucessão (FOUCAULT, [1969]1987, p. 193).

Assim, existem condições para que um discurso apareça, ou seja, “não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época” ([1969]1987, p. 51) e não é qualquer um que pode falar qualquer coisa. A noção de prática discursiva – concebida como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa” (Foucault, [1969]1987, p. 136) – passa então a ser essencial para a compreensão da noção de discurso. As relações discursivas, que caracterizam o discurso enquanto prática, comportam, a um só tempo, o *status* do sujeito, o lugar institucional de onde ele fala e a sua posição como sujeito que interpreta, discorda, observa, ensina etc. Nas palavras de Foucault ([1969]1987, p. 61), no interior das práticas discursivas, o sujeito se revela disperso, “(...) nos diversos status, nos diversos lugares, nas diversas posições que pode ocupar ou receber quando exerce um discurso, na descontinuidade dos planos de onde fala”. É preciso acrescentar que as reflexões de Foucault acerca da noção de discurso rejeitam qualquer relação com um sujeito que livremente conhece e diz o que conhece.

Do ponto de vista da análise, Foucault ([1969]1987) considera que é o enunciado, enquanto unidade elementar do discurso, que cabe descrever. Talvez a importância do enunciado para a análise a que o autor se propõe justifique o cuidado excessivo que ele revela para circunscrever a sua definição. Especificamente, nos interessa assinalar a distinção que ele estabelece entre de um lado o enunciado e de outro a frase, a proposição e o ato de fala. Segundo o autor ([1969]1987, p. 104), o enunciado possui um modo singular de existência que o diferencia dessas formulações estritamente lingüísticas:

[...] está ligado a um ‘referencial’ que não é constituído de ‘coisas’, de ‘fatos’, de ‘realidades’, ou de ‘seres’, mas de leis de possibilidades, de regras de existência para os objetos que aí se encontram nomeados, designados, descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas. O referencial de um enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado: define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade.

Observe-se que essa afirmação acerca do referencial do enunciado nada mais é do que uma especificação do que foi anteriormente definido como *prática discursiva*, conceito que tem sido retomado, no interior da AD, como a noção fundamental de *formação discursiva* (FD). Ou seja, tem-se que o enunciado se define em relação a uma FD e define essa própria formação. Estranha relação, mas devemos assinalar que se trata, como afirma o autor (1987, p. 135), de uma “*lei de coexistência*”.

Uma outra perspectiva que Foucault utiliza para definir o enunciado diz respeito à relação que ele (o enunciado) mantém com o sujeito. Trata-se, antes, de uma função enunciativa que caracteriza a relação enunciado/sujeito. Neste sentido, não se trata de perguntar ao enunciado o que ele diz, mas de investigar o modo como ele diz o que diz:

Descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse (ou quis dizer, ou disse sem querer); mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito (FOUCAULT, 1987_a, p. 109).

O sujeito do enunciado, então, não é um indivíduo, mas uma função, uma posição que pode ser ocupada por indivíduos diferentes; função, no entanto, variável que pode continuar idêntica a si mesma ou se modificar indefinidamente. Ademais, para que haja um enunciado, torna-se necessário reconhecer a existência de um *campo associativo* que nos fala da relação entre enunciados, das *margens que povoam* todo enunciado (FOUCAULT, [1969]1987, p. 113-114):

Qualquer enunciado se encontra assim especificado: não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro, independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja.

Esse *campo associativo*, então, garante ao enunciado a sua regularidade, a qual não pode ser confundida com repetitividade, pois “um enunciado existe fora de qualquer possibilidade de reaparecimento” (FOUCAULT, [1969]1987, p. 101).

Voltemos a Bakhtin para lembrarmos que as suas formulações acerca da noção de linguagem e de seu princípio dialógico são basicamente sustentadas pela noção de enunciado. Essa constatação me permite estabelecer uma discussão a partir do que afirmam Bakhtin e Foucault acerca dessa noção. Vejamos.

Bakhtin ([1952-1953]1997) considera o enunciado como *uma unidade real da comunicação verbal*. Se, para esse autor, como vimos anteriormente, a interação verbal é a realidade essencial da linguagem, essa se realiza através

de enunciados. Dessa forma, para Bakhtin – assim como para Foucault – é o enunciado que deve ser objeto de investigação. Bakhtin (1997, p. 316) assim resume todas as particularidades de um enunciado:

Um enunciado concreto é um elo na cadeia da comunicação verbal de uma dada esfera. As fronteiras desse enunciado determinam-se pela alternância dos sujeitos falantes. Os enunciados não são indiferentes uns aos outros, refletem-se mutuamente. São precisamente esses reflexos que lhes determinam o caráter. O enunciado está repleto dos ecos e lembranças de outros enunciados, aos quais está vinculado no interior de uma esfera comum da comunicação verbal. O enunciado deve ser considerado acima de tudo como uma resposta a enunciados anteriores dentro de uma dada esfera (a palavra ‘resposta’ é empregada aqui no sentido lato): refuta-os, confirma-os, completa-os, baseia-se neles, supõe-nos conhecidos, e, de um modo ou de outro, conta com eles.

Conforme Bakhtin, ter um destinatário é a condição de existência de um enunciado cujo limite, ou *acabamento específico*, é determinado pela alternância de sujeitos: “essa alternância ocorre precisamente porque o locutor disse (ou escreveu) tudo o que queria dizer num preciso momento e em condições precisas” (BAKHTIN, 1997, p. 299). Ademais, o enunciado, para que exista enquanto tal, além de estar ligado a enunciados que o precedem, supõe sempre uma atitude responsiva, ou seja, presume uma resposta com a qual também mantém uma relação constitutiva.

Por um lado, observe-se que é esta particularidade do enunciado – manter com outros enunciados uma relação constitutiva – que também permite a Foucault ([1969]1987_a) a afirmação de que não existem enunciados absolutamente neutros nem livres. Por outro lado, esta relação entre enunciados – que caracteriza o próprio princípio dialógico de Bakhtin – pode ser aproximada à noção de *campo associativo* em Foucault. Em ambos, trata-se de noções que definem o enunciado a partir de um domínio de coexistência, ou seja, não existe enunciado livre, mas sempre um enunciado relacionando-se com outros. Essa noção permite entender o enunciado como algo relativamente estável e, simultaneamente, exige que ele seja percebido como um acontecimento, compreensão que também está presente em Bakhtin ([1952-1953] 1997, p. 348):

O enunciado nunca é simples reflexo ou expressão de algo que lhe preexistisse, fora dele, dado e pronto. O enunciado sempre cria algo que, antes dele, nunca existira, algo novo e irreproduzível, algo que está sempre relacionado com um valor (a verdade, o bem, a beleza, etc.). Entretanto, qualquer coisa criada se cria sempre a partir de uma coisa que é dada (a língua, o fenômeno observado na realidade, o sentimento vivido, o próprio sujeito falante, o que é já concluído em sua visão de mundo, etc.). O **dado** se transfigura no **criado**.

É importante destacar, nessa afirmação, que o fato de o enunciado supor outros, apoiar-se em outros, não significa que mantenha com eles uma relação de pura reprodução. Tem-se, antes, uma (re)atualização, como também observa Foucault ([1969]1987, p. 113-114):

Composta das mesmas palavras, carregada exatamente do mesmo sentido, mantida em sua identidade sintática e semântica, uma frase não constitui o mesmo enunciado se for articulada por alguém durante uma conversa, ou impressa em um romance; se foi escrita um dia, há séculos, e se reaparece agora em uma formulação oral. As coordenadas e o **status** material do enunciado fazem parte de seus caracteres intrínsecos.

Observe-se que a reflexão acerca dessa característica do enunciado – estabelecer-se sempre a partir de outros, na sua relação com outros enunciados, e ser sempre outro – cria um encontro, um eco entre os dois autores no mínimo interessante, já que o dizer de ambos consubstancia na prática a tese que estão defendendo. No entanto, apesar da possível aproximação que pode ser estabelecida entre ambos, não podemos esquecer que enquanto para Bakhtin o enunciado é uma realização individual – estabelecida, porém, sempre a partir de sua alteridade (do enunciado e do indivíduo) –, para Foucault, o enunciado denuncia sempre uma função-sujeito, uma posição que pode vir a ser ocupada por indivíduos diferentes. Trata-se, evidentemente, de concepções distintas de sujeito e de sua relação com a linguagem.

Para ambos, contudo, o enunciado possui uma materialidade que não se reduz a uma forma gramatical ou lógica, tampouco é definida pela localização espaço-temporal. Antes, essa materialidade assinala a necessidade de o enunciado acontecer em um *campo de estabilização*. Para Foucault ([1969]1978, p. 119), a materialidade do enunciado, enquanto uma de suas condições de existência, é da ordem da instituição a qual define um campo de utilização que funciona como “regulador” da constância ou do desdobramento dos enunciados:

Os esquemas de utilização, as regras de emprego, as constelações em que podem desempenhar um papel, suas virtualidades estratégicas, constituem para os enunciados um **campo de estabilização** que permite, apesar de todas as diferenças de enunciação, repeti-los em sua identidade; mas esse mesmo campo pode, também, sob as identidades semânticas, gramaticais ou formais, as mais manifestas, definir um limiar a partir do qual não há mais equivalência, sendo preciso reconhecer o aparecimento de um novo enunciado. Mas é possível, sem dúvida, ir mais longe: podemos considerar que existe apenas um único e mesmo enunciado onde as palavras, a sintaxe, a própria língua, não são idênticas (Grifo do autor).

Em outras palavras, a particularidade que permite a sua regularidade ou a sua modificação obedece a condições e possibilidades de utilização, chamadas

de *campo de utilização* do enunciado: um conjunto de condições enunciativas que possibilitam a própria emergência do enunciado. São essas condições ou possibilidades de utilização que melhor distinguem o enunciado de uma noção estritamente lingüística, como a de frase ou de oração. É preciso, contudo, também acrescentar que esses *esquemas de utilização*, esse *campo de estabilização* sustentam-se (ou constituem-se) a partir de um já dito – o repetível de uma situação – que, por sua vez, constrói a possibilidade do diferente e cria outras possibilidades de significação. Essas noções nos permitem voltar a Bakhtin (1988), para quem todo dizer instaura um passado discursivo ao mesmo tempo em que formula do presente o seu futuro, a sua *resposta antecipada*. É, portanto, o deslocamento entre domínios diversos que cria o “novo”, o diferente.

Ora, são preocupações semelhantes que vemos se desenhar nas formulações de Pêcheux ([1983]1997), exatamente em um momento em que o autor propunha uma revisão no seu próprio pensamento:

[...] todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda seqüência de enunciados é, pois, lingüisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação (PÊCHEUX, 1997, p. 53).

Esse é um momento em que a temática da heterogeneidade começa a ingressar no interior da AD, assinalada nessa citação, acredito, pela referência aos *pontos de deriva* que “abrem” a possibilidade para se pensar o equívoco, as diferenças, as contradições. Isto significa, inclusive, romper com a idéia de sentido primeiro e sentidos derivados, já que o discurso passa a ser pensado como *efeito de sentido*. E aqui recorro a Possenti (1993, p. 202) que assim precisa o sentido da palavra *efeito*: “o que se produz, na ordem da significação, pelo fato de ter acontecido um determinado enunciado em determinadas condições de enunciação”.

No geral, podemos dizer que, para Bakhtin, a noção de enunciado parece se justificar pela preocupação em descrever os gêneros do discurso – aliás, em alguns momentos, essas duas noções se confundem. O próprio Bakhtin (1997, p. 282) esclarece a importância do estudo que desenvolve:

Uma concepção clara da natureza do enunciado em geral e dos vários tipos de enunciados em particular (primários e secundários), ou seja, dos diversos gêneros do discurso, é indispensável para qualquer estudo, seja qual for a sua orientação específica. Ignorar a natureza do enunciado e as particularidades de gênero que assinalam a variedade do discurso em qualquer área de estudo lingüístico leva ao formalismo e à abstração, desvirtua a historicidade do estudo, enfraquece o vínculo existente entre a língua e a vida.

Verifiquemos que toda a questão da relação entre sujeito, linguagem e realidade é aqui assinalada como decorrente da compreensão da natureza do enunciado. Note-se que é no enunciado – e não na frase ou na oração – que se dá o contato entre linguagem e realidade; é o enunciado que emerge de um locutor em função de um ouvinte/destinatário e de uma conseqüente *atitude responsiva* (compreensão). Além disso, o reconhecimento da natureza sócio-histórica do enunciado restitui, na comunicação verbal e na própria vida, o papel do outro: é impossível conceber o sujeito sem levar em conta as relações que o ligam ao outro. Ao mesmo tempo, permite formular a própria relação entre enunciados, ou seja, o enunciado é inseparável dos elos que o ligam a enunciados anteriores e posteriores. Assim como o outro é constitutivo do ser, o discurso do outro e o discurso-outro são igualmente constitutivos de qualquer enunciado. Trata-se, como afirma Authier-Revuz (1982), de um *duplo dialogismo*, ou antes, de uma dupla orientação, interdependente: uma relacionada com os sujeitos do discurso e outra com o próprio discurso.

Já para Foucault, toda discussão sobre o enunciado, suas modalidades específicas, sua regularidade acaba servindo a um outro propósito: circunscrever a noção de formação discursiva (FD). Senão vejamos o que diz o autor ([1969]1987, p. 134):

Descrever enunciados, descrever a função enunciativa de que são portadores, analisar as condições nas quais se exerce essa função, percorrer os diferentes domínios que ela pressupõe e a maneira pela qual se articulam, é tentar revelar o que se poderá individualizar como formação discursiva, ou ainda a mesma coisa, porém na direção inversa: a formação discursiva é o sistema enunciativo geral ao qual obedece um grupo de performances verbais - sistema que não o rege sozinho, já que ele obedece, ainda, e segundo suas outras dimensões, aos sistemas lógico, lingüístico, psicológico.

Conforme assinalamos anteriormente, em Foucault ([1969]1987), o sujeito é concebido como posição ou função que será exercida por indivíduos diferentes. Ocorre que esse exercício também passa a ser regulado por essa *lei* que determina a função enunciativa. Ou seja, tem-se no fundamental uma função-sujeito exercida/assumida em/a partir de uma FD, enquanto limite para o próprio exercício. Evidentemente, neste conceito assim formulado, torna-se difícil pensar a diversidade dos acontecimentos discursivos. Aliás, esta é uma noção que, no desenvolvimento da própria AD, tem sido alvo de revisões.

O próprio Pêcheux ([1983]1997, p. 56) faz uma autocrítica ao admitir que, no limite, o uso da noção de *formação discursiva*, advinda das formulações foucaultianas, poderia desembocar “*em um apagamento do acontecimento, através de sua absorção em uma sobre-interpretação antecipadora*”. Não haveria o novo, o acontecimento, mas apenas o dado, a repetição. Em todo o livro, Pêcheux (1997) empreende uma reflexão cujo objetivo central aponta para

a reformulação da noção de discurso. *O discurso como estrutura e como acontecimento* passa a ser reconhecido não apenas como o efeito de *filiações sócio-históricas identificadoras*, mas como trabalho que provoca uma *agitação*, um deslocamento nestes espaços estabilizados, nestas *redes de memória*. Ou seja, há, implicitamente, o reconhecimento do trabalho do sujeito no acontecimento, revelado através dos deslocamentos, conscientes ou não, que ele provoca nas *redes de memória*.

Possenti (1993, p. 19) afirma que o conceito de FD “[...] que regula a referência à interpelação-assujeitamento do sujeito [...] tende a apagar, na análise, exatamente a diferença, pela própria noção de classe de equivalência”. Ainda segundo Possenti (1996, p. 39), a temática da heterogeneidade, que começou a ser desenvolvida no interior da própria AD, passou a corroer “as certezas sobre o sujeito assujeitado”, ao contemplar a dispersão e a descontinuidade nos/dos discursos. Disso, entretanto, não decorre que se tenha voltado a conceber o sujeito como o ser autônomo, independente, uno e transparente, que tanto tempo a lingüística acalentou.

A própria noção de sujeito em Foucault tem permitido outras leituras em que a idéia de regularidade e unidade tem convivido com a noção de dispersão e diversidade. Neste sentido, entende-se que, apesar de sujeito e linguagem se constituírem no interior de uma formação discursiva – que também passa a ser concebida sob o signo da dispersão e da contradição –, eles não mantêm com essa formação uma relação de pura reprodução ou determinação. As transformações que se realizam no interior das formações são decorrentes do trabalho de sujeitos que, no exercício de suas funções, não são meros reprodutores de um discurso já dado.

Parece que a concepção de FD quando remete apenas para um *campo de regularidades* pode encontrar uma correspondência possível em uma outra noção que parece ser mais precisa e menos polêmica: a de interdiscurso, enquanto memória discursiva, “*redes de memória*” que dão “*lugar a filiações identificadoras*” (Pêcheux, [1983]1997. p. 54) que, ainda assim, não podem nem devem ser consideradas como repetição. Antes, isso nos diz, como afirma Pêcheux (1977, p. 34), da necessidade universal de ‘*um mundo semanticamente normal*’ ou normatizado. Neste sentido, as instituições assumem um papel relevante, dado que funcionam exatamente para garantir essa *aparência* – continuamos não admitindo a idéia de pura identificação – de um mundo estabilizado, homogêneo. A noção de interdiscurso, portanto, traz para o campo da análise o *discurso-outro*, o discurso de *outrem* – “como lei do espaço social e da memória histórica, logo como o próprio princípio do real sócio-histórico” (PÊCHEUX, 1997, p. 55) – que evidentemente não é homogêneo, pois também sofre a influência do encontro com outros discursos e outros sujeitos.

O reconhecimento desse discurso-outro – que aponta para as diferenças, para as contradições e/ou os equívocos nas/das práticas discursivas – passou a

exigir mais da pesquisa lingüística que confessa a necessidade de outros procedimentos de análise. Em relação a essa questão, Pêcheux (1997, p. 51) assim se posiciona:

O objeto da lingüística (o próprio da língua) aparece assim atravessado por uma divisão discursiva entre dois espaços: o da manipulação de significações estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e o de transformações do sentido, escapando a qualquer norma estabelecida a priori, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações.

Atente-se para o fato de que, com essa colocação, Pêcheux repõe em discussão uma das questões mais polêmicas no interior da Lingüística: a significação (o trabalho do sentido sobre o sentido e o trabalho dos sujeitos intérpretes). Esta preocupação, tão presente nos estudos lingüísticos atuais, também já era evidente nos escritos de Bakhtin, do final dos anos vinte do século XX. Segundo Bakhtin ([1929]1986, p. 132):

[...] não tem sentido dizer que a significação pertence a uma palavra enquanto tal. Na verdade, a significação pertence a uma palavra enquanto traço de união entre os interlocutores, isto é, ela só se realiza no processo de compreensão ativa e responsiva. A significação não está na palavra nem na alma do falante, assim como também não está na alma do interlocutor. Ela é o efeito da **interação do locutor e do receptor produzido através do material de um determinado complexo sonoro** (grifo do autor).

Desse modo, a significação, como efeito da relação entre interlocutores, possui uma estabilidade e uma identidade que são *igualmente provisórias*. Estas são questões também presentes em Pêcheux (1997), quando ele discute a noção de discurso como estrutura e como acontecimento, conforme mencionamos anteriormente. Acreditamos que considerar a significação *como o efeito da interação entre interlocutores* significa postular que o analista deverá trabalhar no entremeio, buscando explicar o processo, o funcionamento do discurso como prática, como atividade interlocutiva que se realiza numa instância concreta de enunciação.

Na perspectiva de responder à análise dessas significações estabilizadas, ao lado do conceito de interdiscurso, também o conceito de *imagem*, tal qual desenvolvido em Pêcheux (1993)¹, possibilita compreender de forma mais clara a relação entre os sujeitos. Esse conceito demonstra que as antecipações, formuladas pelos sujeitos, assumem, nos processos discursivos, um papel

¹ Conforme Pêcheux (1993, p. 82), nos processos discursivos, funciona “*uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro*”.

relevante. Ora, em outras palavras, trata-se de considerar a alteridade entre sujeitos a que se refere Bakhtin.

Embora as formulações de Bakhtin e Pêcheux mais uma vez se distingam pela concepção de sujeito que sustentam, imaginamos poder dizer que, para ambos, *o jogo de imagens* entre os interlocutores deverá ser concebido como mais um dos elementos essenciais das condições de produção do enunciado. Concordamos com Possenti (1993, p. 31) quando afirma que “invocar condições de emprego de enunciados como necessárias para sua interpretação não está no exterior da lingüística”. Parece ser isto também que, desde o final da década de 20, postulava Bakhtin ([1929]1986, p. 113) – em um trecho aqui já citado – quando se referia à “*situação social mais imediata*” e ao “*meio social mais amplo*” como algo que determina a estrutura do enunciado a partir de seu próprio interior.

Ainda contemplando a perspectiva em que Pêcheux (1997) circunscreve o objeto da lingüística, veremos que *o trabalho do sentido sobre o sentido*, necessariamente, leva-nos a sempre duvidar do sentido *a priori*, quer seja lingüisticamente dado ou socialmente estabelecido. Portanto, o funcionamento discursivo, compreendido enquanto “*modos de dizer*”, está longe de representar a homogeneidade que às vezes se atribui ao sujeito e/ou à linguagem. Trata-se de um outro domínio, o do discurso, o da diversidade e “[...] o mundo do heterogêneo seria bem simples se pudéssemos completamente desintrinsicar e colocar cada enunciado em seu exato lugar.” (FRANÇOIS, 1996, p. 43). Com certeza, não é isso o que ocorre, esse lugar exato ou próprio é igualmente provisório. E essa instabilidade nos amedronta.

No interior da AD, a temática que aponta para a análise da diversidade, da dispersão e das discontinuidades enunciativas assume um deslocamento significativo com o conceito de “heterogeneidade”, desenvolvido por Authier-Revuz (1982). E aí sim, vale ressaltar: é com base nos trabalhos de Bakhtin – principalmente ao lançar mão de noções como dialogismo, plurilingüismo e pluriacentuação – e de Lacan, que Authier-Revuz (1982, 1990, 1994) desenvolve os conceitos de *heterogeneidade mostrada* e *heterogeneidade constitutiva*, os quais pretendem dar conta da diversidade da linguagem e do sujeito.

Para Authier-Revuz (1990, p. 25), a heterogeneidade representada ou mostrada inscreve “*o outro na seqüência do discurso*”. A autora passa a estudar essa forma de heterogeneidade, dando especial atenção às formas de citação do discurso alheio (discurso direto, indireto e indireto livre), ao uso de aspas, às formas de comentário do discurso do outro, enfim, às formas de ajustamento do próprio discurso e do discurso do outro no um. Todas essas manifestações – que explicitamente alteram a unidade do discurso – revelam uma relação conflituosa entre o sujeito e a linguagem, com nuances as mais diversas. As pesquisas de Authier-Revuz (1982, 1990, 1991, 1994) aprofundam, do ponto de vista da análise da materialidade lingüística, a análise que Bakhtin

estabeleceu – priorizando a obra de Dostoievsk, em vários dos seus escritos – sobre as formas de apropriado do discurso do outro e do discurso-outro. É uma demonstração de que é possível pensar com os mestres e, seguindo seus ensinamentos *ao pé da letra*, ser diferente. Para observar mais de perto essa diferença, observemos rapidamente o que diz a autora sobre as noções que desenvolve, a partir dos ensinamentos de Bakhtin e Lacan.

Conforme Authier-Revuz (1982), a heterogeneidade mostrada corresponde a uma forma de negociação com a heterogeneidade constitutiva, entretanto, aquela não pode ser considerada como espelho desta, no discurso, tampouco são independentes. Nas palavras da autora (1982, p. 143), a heterogeneidade mostrada

corresponde a uma forma de negociação – forçada – do sujeito falante com esta heterogeneidade constitutiva – inelutável mas que é para ele necessário esquecer, desconhecer; e a forma ‘normal’ dessa negociação alia-se ao mecanismo da denegação.

Assim, ora o sujeito se revela incompleto (“eu não sei”, “não encontro a palavra adequada”), ora se lamenta da incompletude da linguagem (“não existe uma palavra adequada”).

Já a noção de heterogeneidade constitutiva do sujeito e da linguagem é desenvolvida por Authier-Revuz (1990) a partir da noção de dialogismo em Bakhtin – em que o discurso é compreendido como produto de outros discursos – e da abordagem do sujeito e da sua relação com a linguagem proposta por Lacan. Nessa perspectiva, todo enunciado se inscreve sobre (é atravessado por) outros enunciados; sob todo dizer outras vozes ecoam; o outro constitui o discurso, integra-o: trata-se de “*um outro que não é o ‘duplo’ de um face a face, nem mesmo o ‘diferente’, mas um outro que atravessa constitutivamente o um*” (AUTHIER-REVUZ, 1982, p. 121). Ou seja, trata-se de um outro necessário, até mesmo, ou principalmente, para que o discurso-um faça sentido. E lembramos que *fazer sentido* já supõe um outro a quem se deseja significar, um outro de quem se espera uma compreensão, uma atitude responsiva, como nos lembra Bakhtin.

É, então, possível pensar com e contra os outros: qualquer das duas perspectivas exige o (re)conhecimento do um e do outro. Em outras palavras: se me fosse permitido dar um bom conselho (de graça) – a análise desse dizer enviado já daria uma boa análise –, diria que o diálogo da AD com Bakhtin necessariamente precisa respeitar o lugar de um e de outro, para, então, puder pensar com e contra um e outro. Por fim diria que pensar com não significa ser igual a, assim como pensar contra não significa ser absolutamente diferente de.

REFERÊNCIAS

- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline (1982). Hétérogénéité montréalaise et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. **DRLAV**, 26.
- _____. Heterogeneidade enunciativa. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas, n.19, p. 25-42, jul./dez. 1990.
- _____. Hétérogénéité énonciative et conversation. (1991) In: PARRET, Herman (org.) **Le sens et ses hétérogénéités**. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique.
- _____. (1994). Falta do dizer, dizer da falta: as palavras do silêncio In: ORLANDI, Eni P. (org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. Campinas: UNICAMP.
- BAKHTIN, Mikhail-Voloshinov [1929]. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.
- _____. [1934-1935]. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. São Paulo, UNESP; Hucitec, 1993.
- _____. ([1952-1953]. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- FOUCAULT, Michel [1969]. **A arqueologia do saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- FRANÇOIS, F. (1996). **Prática do oral: diálogo, jogo e variações das figuras do sentido**. Carapicuíba: Pró-fono.
- PÊCHEUX, Michel (1993). Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise e HAK, Tony (orgs). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Ed. da UNICAMP.
- _____. [1983]. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1997.
- POSSENTI, Sírio (1993). **Discurso, estilo e subjetividade**. São Paulo: Martins Fontes.
- SOUSA, Maria Ester Vieira de (2000). **Discurso de sala de aula: as surpresas do previsível**. Tese de Doutorado, defendida pela UFPE.